

## REUNIÃO DO DIA 2002.02.22

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----  
 -----**REUNIÃO DE DIA VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOIS**-----  
 -----**ACTA NÚMERO DOIS / DOIS MIL E DOIS**-----  
 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); Abel José Marques Bruno Henriques (BP); Jorge Gabriel Duarte C. Monteiro Martins (PS); José Júlio Martins Barreiras (PSD); José Alexandre Fonseca (BP); Luis Fernando Godinho Montêz (CDS/PP); M.<sup>a</sup> Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira (CDU); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Adélia Maria Sobreiro Abreu Silva (PSD); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); Américo António Melro Sebastião (PSD); Vítor Manuel Ferreira Fonseca (PS); Fernando Manuel Rodrigues Venâncio (BP); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); António Maria Costa Timóteo (CDU); João Manuel Cordeiro Alves (CDS/PP); Susana Paula Geraldês Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); José Manuel Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (BP); Joaquim Marques Henriques (BP).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, António José Silva Faustino, Jorge Manuel Costa Pereira, Rui Fernando Figueiredo Viola e Manuel Quintino Filipe Silva e o assistente administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----**EXPEDIENTE:** O senhor presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido e que se encontra na secretaria da Assembleia Municipal, onde pode ser consultado pelos membros da Assembleia que o desejem fazer.-----

-----**APROVAÇÃO DE ACTAS:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por maioria com duas abstenções aprovar a acta n.º 01/2002 da sessão ordinária de 22.01.2002. --

-----Pelas 19.00 horas o senhor presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Relativamente a um ofício remetido à Mesa da Assembleia pelo senhor Cândido Manuel Patuleia Mendes, usou da palavra o senhor presidente da Mesa da Assembleia, informando que logo após a recepção da carta remeteu cópia da mesma ao senhor presidente da Câmara solicitando-lhe que de acordo com o possível fossem atendidas as questões colocadas. Lembrou que em 2003 se comemora o Ano Europeu da Pessoa com Deficiência. Seria importante que até lá se preparem iniciativas nesse âmbito. Está disponível para desenvolver todo o tipo de iniciativas que permitam levar a cabo a comemoração desse ano. Até lá faz votos de tentar obviar os problemas existentes e eliminação das barreiras arquitectónicas para deficientes.-----

-----Usou seguidamente da palavra o senhor Abel Henriques (B.P.) registando com agrado os discursos do senhor presidente da Câmara, do senhor presidente da Assembleia Municipal eleito e do senhor presidente da Assembleia Municipal cessante, na cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos autárquicos. Considerou que estes discursos fizeram uma correcta interpretação dos resultados das eleições autárquicas e concluíram pela necessidade de consensos para que o Bombarral atinja um maior desenvolvimento. Referiu ter recebido com alguma surpresa a acta da reunião de Câmara de 06.02.2002. Tinha solicitado o agendamento em ordem do dia desta sessão da Assembleia Municipal da discussão sobre o destino a dar aos

## REUNIÃO DO DIA 2002.02.22

terrenos da Agria bem como a presença de representantes da Associação Real 21 e da Associação de Defesa do Património Cultural do Concelho de Bombarral. Todos os representantes dos partidos concordaram com o agendamento deste assunto em ordem do dia. Tanto quanto lhe foi dito pelo senhor vereador Luis Duarte, a Câmara Municipal foi informada deste consenso, pelo que foi com alguma surpresa que viu que a Câmara Municipal, 16 dias antes, deliberou revogar a deliberação de suspensão do destino a dar a estes terrenos. Não estava em causa qualquer utilização do terreno mas sim se aquele terreno deveria ou não ser utilizado para o que estava previsto em P.D.M.. Questionou o senhor presidente da Câmara sobre se a afectação de 200 mil contos a este projecto, em face do nível de endividamento da autarquia, poderá ou não comprometer outros projectos essenciais para o desenvolvimento do concelho. Perguntou igualmente se a alienação de lotes será ou não por hasta pública e qual o tipo de obrigações existentes da parte da autarquia em relação às firma Vidreira Central e Estores Barão. Questionou ainda a existência de alguns estudo sobre o impacto no concelho deste investimento em termos de promoção do emprego. Interpelou o senhor presidente da Câmara sobre a distribuição de pelouros, perguntando quais os critérios que presidiram à mesma. Só encontra dois critérios – a confiança política ou a competência. Sublinhou a atitude de dignidade do senhor vereador Manuel Quintino nesta matéria. -----

-----A D. Maria de Los Angeles (C.D.U.) apresentou o protesto da C.D.U. relacionado com a questão do pólo II da zona de comércio e serviços. Não entendem como é que é possível que se deixe passar esta possibilidade de discussão pública porque decisões anteriores já demonstraram terem sido incorrectas no nosso P.D.M.. Nada fazia supor que não fosse útil esta discussão até porque houve um consenso de que era necessário repensar o que iria ser implantado naquela zona até porque em época de eleições é bom terem-se preocupações a nível ambiental. A C.D.U. protesta por esta atitude do executivo camarário, que não foi exclusiva dos vereadores do P.S.D., porque a medida foi aprovada com a abstenção do vereador do P.S.. Andamos a brincar aos espelhos e corredores e deixamos as questões ambientais de lado.-----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que em relação à carta do senhor Manuel Patuleia, no projecto de modernização do edifício prevê-se a colocação de um elevador para permitir o fácil acesso. Enquanto não forem feitas as obras irá procurar criar algumas condições no rés-do-chão. Quanto á revogação da deliberação de 28.12.2001 disse que a questão que levou à mesma foi a que consta da sua declaração de voto na acta da referida reunião. Sendo uma questão colocada no momento em que se esperava a tomada de posse do novo executivo parecia-lhe melhor que fosse apreciada após esse momento. Inclusivamente procurou obter a aquiescência do senhor vereador Luis Duarte para que isso acontecesse e manifestou o propósito de agendar para o novo executivo a questão. Não teve nenhuma informação que lhe trouxesse quaisquer elementos de que na reunião do senhor presidente da Mesa da Assembleia com elementos das diversas forças partidárias, tivesse sido tida essa conversa. Só o soube após o agendamento da proposta. Foi franco, aberto, nada se escamoteou ao longo da elaboração do P.D.M.. Se se trouxerem à colação as várias discussões havidas não houve quaisquer outros elementos subjacentes. Desde há dezenas de anos que aquele espaço vem sendo focalizado para o exercício de algumas actividades. Já no tempo do presidente Salvador Carvalho dos Santos, esteve para ali se instalar uma unidade mas diversos interesses fizeram saber que a zona era alagável e não susceptível da instalação pretendida. Ainda nesta época e quando se procurou implementar quaisquer investimentos naquela zona aparecem razões que levam ao seu protelamento. Em 1996 houve uma 1.<sup>a</sup> versão do projecto para aquela área, tendo o Ministério do Ambiente colocado entraves e

## REUNIÃO DO DIA 2002.02.22

condições para permitir a construção naquele espaço. A Câmara Municipal no mandato anterior considerou que a ocupação do espaço era gravosa e deliberou por unanimidade alterar o loteamento. A determinação que o levou a propor a revogação foram fundamentos que têm a ver com a circunstância da garantia e satisfação da liberalidade e contrato com a Vidreira Central em consequência de negociação ocorrida. Assim como sucedeu com os Estores Barão. Quanto à atribuição de pelouros disse que as premissas da mesma assentam nas competências do presidente da Câmara de procurar obter a colaboração dos vereadores que se mostrassem disponíveis, sendo certo que houve quem tivesse declarado que não esperaria nada pelo que achou que não devia caminhar para o desfazer dessa expectativa.-----

-----Seguidamente usou da palavra o senhor Manuel Patuleia (B.P.) dizendo que podem contar com a sua colaboração e a da associação a que preside porque vão intervir profundamente no ano europeu do deficiente em 2003. Está disponível para promover uma reunião municipal com antigos combatentes. A questão que colocou na sua carta era o acesso ao 1.º andar do edifício dos Paços do Município porque ninguém pode ser arredado de aceder aquele espaço. Deve-se acabar com os degraus na entrada do edifício dos Paços do Município e permitir o acesso de deficientes às exposições do Museu Municipal de Bombarral. O ano europeu do deficiente por de permitir à Câmara Municipal de Bombarral fazer um brilharete. ----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação do parque de campismo do Picoto e da Passagem de Nível da Baleeira. -----

-----O senhor presidente da Câmara, relativamente ao parque de campismo do Picoto, respondeu que o prazo para aproveitamento das verbas do programa Leader foi recentemente prolongado. Lembrou que este espaço foi alvo de uma acção menos escrupulosa de gente que retirou os respectivos portões. Quanto à passagem de nível da Baleeira, a Câmara Municipal aprovou o projecto de construção de passagem superior e estão a procurar protocolar o apoio financeiro.-----

-----Interveio a D. Susana Manco (P.S.) referindo que também dentro do P.S. não existe convergência sobre a questão de utilização dos solos na zona de comércio e serviços, o que é natural porque a consciência hoje é diferente. Solicitou informação se já foi ou não indicado o local do futuro palácio da justiça. Quanto ao quartel dos Bombeiros Voluntários referiu que ultimamente têm vindo a público algumas acusações ao P.S. por não inserir verbas em P.I.D.D.A.C.. Perguntou quando é que vai ser elaborada a escritura definitiva de atribuição do terreno para permitir a inclusão de verba em P.I.D.D.A.C.. Solicitou ainda informação sobre quando irão ser pagos os subsídios em atraso às colectividades.-----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) disse ter percebido que o critério utilizado pelo senhor presidente da Câmara para distribuição de pelouros foi o da disponibilidade, pelo que pergunta como é que o senhor presidente da Câmara aferiu essa disponibilidade. Referiu que as outras questões importantes para o concelho que colocou não foram respondidas. Não chegou a perceber qual o tipo de contratos estabelecidos e não foi dito se a adjudicação dos lotes será ou não por hasta pública. Perguntou novamente se existe algum estudo sobre o impacto deste investimento na criação de postos de trabalho e se os 200 mil contos de investimento irão ou não comprometer a futura zona industrial do Bombarral. Referiu que se existe um vereador que disse em reunião de Câmara que tinha havido uma reunião onde estavam 3 pessoas do P.S.D. e se o presidente da Câmara diz que não sabia da decisão do agendamento, a Assembleia Municipal tem de saber o que se passou. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que ainda não comunicou ao Ministério da Justiça a localização do terreno para o futuro palácio da justiça. Disse ser a primeira vez que sabe que o quartel dos bombeiros não foi implementado por não haver escritura do terreno.

## REUNIÃO DO DIA 2002.02.22

Quanto ao pagamento dos subsídios houve algumas dificuldades na sua satisfação antes do fim do ano e só depois do levantamento dos compromissos assumidos e não pagos poderá satisfazer o pagamento dos subsídios em atraso. Os lotes da zona industrial serão vendidos em hasta pública, existindo compromissos com dois empresários. Disse que de maneira nenhuma os investimentos relativamente ao pólo II colocam em causa a zona industrial do Falcão, indo constar em plano de actividades a elaboração do respectivo plano de pormenor. -----

-----O senhor Luis Montês (C.D.S./P.P.) disse que o C.D.S./P.P. não quer deixar de protestar pela deliberação de Câmara de dia 06.02.2002 que revogou a decisão de discussão pública sobre a implantação da zona de comércio e serviços. Ficou com a ideia de que quando o senhor presidente da Câmara justificou os critérios utilizados, não houve critérios nenhuns nesta decisão. Lembrou que na campanha eleitoral, com excepção do P.S.D., todos estiveram de acordo com esta discussão pública. Pensa que se a zona de comércio e serviços tiver de sair daquele local o P.D.M. pode ser alterado. Está-se a tempo de não cair em erros já cometidos noutras autarquias e de se perguntar aos bombarralenses o que querem para aquela zona. Tendo sido o P.S. um dos que mais defendeu a discussão pública, foi o seu vereador quem viabilizou a revogação da decisão de haver uma discussão pública. Referiu que na Europa todas as localidades com rio tentam levar para o pé deles áreas de lazer. Tendo a oposição a maioria dos votos não compreende como é que a discussão pública não vai ser feita. Vai fazer entrega na mesa de uma proposta sobre esta matéria. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) fez o seguinte requerimento: “o grupo municipal “O Bombarral Primeiro” vem requerer a V.Ex.<sup>a</sup> que solicite à Câmara Municipal informação por escrito sobre a seguinte questão: algum membro da Câmara Municipal, durante a reunião ordinária do dia 06.02.2002, de alguma forma, informou os seus pares que tinha havido dias antes uma reunião com representantes de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, da qual tinha resultado amplo consenso, sem oposição de qualquer das forças políticas representadas, no sentido de agendar para a sessão ordinária de 22.02.2002, a questão relativa à implantação do pólo II – zona de comércio e serviços na zona denominada por terrenos da Agria?” -----

-----O senhor presidente da Câmara disse que toda a argumentação que desenvolveu não referiu nenhum critério porque estes foram oportunamente apresentados. O que referiu foram as razões que o levaram a pedir a revogação da deliberação.-----

-----**RECOMENDAÇÃO:** O grupo do C.D.S./P.P. apresentou a seguinte proposta de recomendação:-----

1. Considerando que, no decorrer da última campanha eleitoral autárquica, todos os partidos e movimentos aqui representados, com excepção do Partido Social Democrata, defendido que o Pólo OO – zona de comércio e serviços, a instalar no local denominado por terrenos da AGRIA, deveria ser objecto de discussão pública;-----
2. Considerando que o executivo camarário, em reunião do dia 6 do corrente, revogou a deliberação de 27 de Dezembro de 2001 que previa a discussão pública para a instalação ou não da zona de comércio e serviços no local denominado por terrenos da AGRIA;-----
3. Considerando que a revogação dessa discussão pública foi aprovada, pelo voto de qualidade do senhor presidente da Câmara e pela abstenção do vereador representante do Partido Socialista, aliás partido que havia aprovado a discussão pública deste assunto em reunião de 27 de Dezembro de 2001;-----
4. Considerando, ainda, que esta revogação foi aprovada por uma maioria técnica e não por uma maioria real;-----

## REUNIÃO DO DIA 2002.02.22

5. Considerando, ainda, que os partidos e movimento da oposição em campanha eleitoral, propuseram a discussão pública deste assunto e, serem estes partidos e movimento os portadores da maioria dos votos do povo do Bombarral.-----

----- Assim, propõe-se a esta Assembleia Municipal que: -----

----- Delibere no sentido de recomendar à Câmara Municipal a necessidade, obrigatória, do povo do Bombarral, poder emitir a sua opinião sobre um assunto de importância vital para o desenvolvimento do Bombarral.-----

----- Revogando, assim, a Câmara Municipal a deliberação de 6 de Fevereiro p.p., que é redutora da opinião pública e vai contra a opinião manifestada pela maioria do eleitorado do Bombarral. E repondo a anterior deliberação de 12 de Dezembro de 2001 que consagra a discussão pública para a instalação do pólo II – zona de comércio e serviços.”-----

----- Colocada à votação foi deliberado por maioria com 17 votos a favor (8 do B.P., 5 do P.S., 2 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.), 1 abstenção (1 do P.S.D.) e 8 votos contra (8 do P.S.D.). aprovar a proposta de recomendação supra transcrita.-----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Mesa dizendo que por via da mesa da Assembleia Municipal não foi dado conhecimento ao senhor presidente da Câmara do agendamento deste assunto pela simples razão que quando a Câmara Municipal revogou a deliberação de suspensão do processo da zona de comércio e serviços, a ordem do dia ainda não estava feita. Enviou a ordem do dia ao senhor presidente da Câmara mas nessa altura, por sua decisão e após a auscultação dos líderes parlamentares, retirou da ordem do dia o ponto que previa a discussão deste assunto porque se tinha esgotado com a deliberação da Câmara Municipal. Poder-se-ia à mesma falar do assunto no período antes da ordem do dia. Mantém a posição de considerar que aquela zona mereceria um tratamento diferente. Contudo há já alguns anos está prevista uma implantação diferente e não é culpa da Câmara A ou da Câmara B, ela é culpa de todos que só agora acordaram para estas questões. Ainda assim se houver vontade política poder-se-á analisar se dentro das expectativas criadas e se o esforço financeiro para voltar atrás não for por aí além, para que aquele seja um espaço nobre e ambientalmente protegido, podendo transferir-se os certames para aquele espaço.-----

----- MOÇÃO: O grupo do P.S. apresentou a seguinte moção: “Sobre as divergentes posições políticas relativas à futura construção do aeroporto na Ota, o grupo de eleitos do P:S. Considera o seguinte:-----

1. A decisão da construção do aeroporto na Ota foi definida por estudos credíveis que avaliaram a sua sustentabilidade, necessidade e benefício para o país;-----
2. Os vários municípios da região Oeste, entre os quais o município do Bombarral, consideraram esta infra-estrutura como instrumento de desenvolvimento económico e social; -----
3. O anúncio público desta obra influenciou as várias autarquias da região Oeste a perspectivarem novas estratégias de desenvolvimento, considerando a futura concretização dessa infra-estrutura e o seu impacto no desenvolvimento de cada município; -----
4. As tomadas de posições políticas devem considerar a relação custos / benefícios para uma região que apresenta grandes potenciais de desenvolvimento económico para o país, como é a região Oeste e toda a região centro, as quais beneficiariam com a construção desta infra-estrutura. -----

----- O grupo de eleitos do P.S. reitera as anteriores posições tomadas pelo município do Bombarral, no sentido de apoiar a construção do aeroporto internacional na Ota.”-----

## REUNIÃO DO DIA 2002.02.22

-----O senhor Armando Salvador (P.S.) disse que esta moção vem no seguimento de posições já tomadas por outros municípios. São situações nas quais se tem de reflectir e que não são para brincadeiras. -----

-----A D. Maria de Los Angeles (C.D.U.) disse que a C.D.U. não pode deixar de estar ao lado do P.S. tendo em conta que esta é uma infra-estrutura fundamental para o país e região. Tem-se feito referência ao desenvolvimento da região relacionado com uma série de infra-estruturas e é inconcebível que aqueles que há dois anos faziam alarde desta infra-estrutura e apresentavam nos seus manifestos a defesa do aeroporto internacional da Ota - e está-se a referir ao ex-presidente desta Assembleia Municipal Feliciano Barreiras Duarte - agora venham dizer que este aeroporto não é uma necessidade premente, quando o que está em causa é ceder aos lobbies de Rio Frio ligados a Lisboa. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) disse que todos gostariam que fosse construído o aeroporto e o TGV. Defendem que deve ser construído na Ota, mas têm a noção que as dificuldades financeiras do país vão remeter isso para uma fase posterior. Têm que aceitar as coisas como elas se afiguram, mas apoiam a moção. -----

-----Colocada à votação foi deliberado por unanimidade aprovar a moção supra transcrita. - -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) solicitou que seja enviada cópia desta moção aos grupos parlamentares da Assembleia da República e ao senhor Presidente da República. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia respondeu que tal solicitação deveria ter constado do teor da proposta. -----

-----**INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA:** O senhor presidente da Câmara apresentou o seu pedido de desculpas por não ter sido respeitado o prazo de entrega da referida proposta. Está disponível para responder a todas as questões. Mais referiu que apenas foram satisfeitos alguns pagamentos porque o arrolamento da dívida apenas se concluiu há alguns dias. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (B.P.) considerou que a informação enviada está muito simplificada não dando a verdadeira imagem daquilo que a Assembleia deveria analisar. Considerou que esta informação deve ser mais pormenorizada, apelando a que de futuro seja apresentada de forma mais elucidativa. -----

-----A D. M.<sup>a</sup> de Los Angeles disse que tendo em conta a informação muito reduzida e que a explicação do senhor presidente da Câmara foi ainda mais reduzida, ficou com dúvidas. Não sabe se o montante da dívida se deve a dificuldades financeiras ou é por culpa dos serviços. Gostava de saber quais as escolas primárias e jardins de infância que foram objecto de reparação. -----

-----O senhor Armando Salvador (P.S.) chamou a atenção de que colocação de massas asfálticas ocorreu em Novembro / Dezembro e não no período abrangido por esta informação. -

-----O senhor presidente reconheceu que a questão da colocação das massas asfálticas se trata de um lapso. Devido à conversão das facturas em euros demorou mais algum tempo o arrolamento dos compromissos assumidos e não pagos. O débito a empreiteiros seria menor se tivesse havido a possibilidade de efectuar alguns pagamentos. Irá fazer chegar uma cópia dos trabalhos efectuados nos diversos sectores. -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) reforçou a ideia de que é impossível fazer juz à obra do executivo com esta informação, necessitando de dados mais pormenorizados. Lamentou o montante da dívida. -----

## REUNIÃO DO DIA 2002.02.22

-----O senhor Luis Montês (C.D.S./P.P.) congratulou-se com a melhoria ocorrida pelo facto de ter passado a chegar esta informação á Câmara Municipal. Solicitou esclarecimentos sobre se a obra de arranjos exteriores da piscina foi por concurso público ou por ajuste directo e sobre como é que vai ser possível fazer a amortização das dívidas. -----

-----O senhor Fernando Venâncio (B.P.) solicitou informação sobre o tempo da dívida aos fornecedores, qual o montante da dívida a curto, médio e longo prazo e sobre a actual capacidade de endividamento. -----

-----O senhor presidente da Câmara respondeu que como é público a obra de arranjos exteriores da piscina foi por concurso limitado. A dívida a bancos é toda a médio e longo prazo porque os empréstimos a curto prazo têm de ser pagos até ao final de cada ano. O tempo da dívida é diverso, podendo ser de 90, 180 ou até mais dias. Pode fazer chegar uma informação sobre o montante da capacidade de endividamento. -----

-----**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO REGIMENTO:** O senhor Abel Henriques (B.P.) propôs a seguinte composição da comissão – P.S.D. – 2; B.P. – 2; P.S. – 1; C.D.S./P.P. – 1; C.D.U. – 1. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) propôs a seguinte composição da comissão – P.S.D. – 3; B.P. – 3; P.S. – 2; C.D.S./P.P. – 1; C.D.U. – 1, chamando a atenção para o facto do artigo 23.º do actual regimento ainda se manter em vigor. -----

-----A D. M.ª Los Angeles (C.D.U.) disse entender que a questão da representatividade não faz sentido tendo em conta que a comissão está a trabalhar para o plenário que depois votará. Seria mais viável que a comissão tivesse um representante de cada força. -----

-----O P.S. apresentou a seguinte proposta: “sobre a comissão eventual para elaboração do regimento da Assembleia Municipal, propomos que a mesma comissão seja constituída por um elemento de cada grupo de eleitos. Consideramos que não se justifica a aplicação do método da proporcionalidade e deste modo será mais fácil obter unanimidade nas questões que envolvem o referido ponto.” -----

-----O senhor João Manuel Alves (C.D.S./P.P.) considerou que a proposta intermédia seria a mais adequada. -----

-----Pelas 23.30 horas o senhor presidente da Mesa da Assembleia interrompeu a sessão por 5 minutos para que os líderes parlamentares se entendam quanto á composição da comissão. -----

-----Pelas 23.40 horas foram reatados os trabalhos tendo o P.S. retirado a sua proposta. -----

-----Votaram a favor da proposta do P.S.D. 14 deputados municipais (8 do P.S.D., 5 do P.S. e 1 do C.D.S./P.P.) e votaram a favor da proposta do B.P. 9 deputados municipais (8 do B.P. e 1 do C.D.S./P.P.), pelo ficou a comissão com a seguinte composição: P.S.D. – 3; B.P. – 3; P.S. – 2; C.D.S./P.P. – 1; C.D.U. – 1. -----

-----PRESENCAS: Pelas 23.45 horas regressou à reunião o senhor Américo Sebastião (P.S.D.). -----

-----**COMISSÃO DE URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:** Foi presente a seguinte proposta do P.S.: “Sobre a comissão permanente de urbanismo e ordenamento do território da A.M., propomos o seguinte: -----

1. A constituição desta comissão é feita ao abrigo do artigo 53.º - 1 alínea j), do anexo n.º 9 de 11.01.2002 sobre Quadro de Competências e Regime Jurídico dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias; -----
2. As competências e poderes da comissão permanente de urbanismo e ordenamento do território da A.M., inserem-se no âmbito do acompanhamento e fiscalização da elaboração, execução e aplicação dos Planos de Ordenamento do Território e de

## REUNIÃO DO DIA 2002.02.22

Urbanismo no município, nomeadamente, P.D.M. e suas alterações, Planos de Urbanização e suas alterações, Planos de Salvaguarda e suas alterações, e todas as questões de planeamento relativas ao ordenamento do território e urbanismo no concelho do Bombarral.-----

3. A constituição desta comissão será por aplicação do método de proporcionalidade, ficando com a seguinte composição; 3 elementos do P.S.D.; 3 elementos do Movimento Bombarral Primeiro; 2 elementos do P.S.; 1 elemento do C.D.S./P.P.; 1 elemento da C.D.U..”-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) considerou que a proposta do P.S. extravasa o âmbito do que deve ser uma comissão. Discordam da proposta tal como ela está formulada. -----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia respondeu que se discorda do âmbito da proposta ou expressa a sua discordância ou apresenta uma proposta alternativa. -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) disse que as competências desta comissão são explícitas. A comissão vai apenas certificar-se que os planos estão a ser cumpridos. Pode facultar a legislação respectiva. -----

-----O senhor Luis Montês (C.D.S./P.P.) disse nada ter a opor à composição da comissão mas lembra o teor da convocatória desta sessão porque a proposta está a extravasar o âmbito do mesmo.-----

-----Colocada à votação foi a proposta aprovada com 16 votos a favor (8 do B.P., 5 do P.S., 2 da C:D.U. e 1 do C.D.S./P.P.) e 10 abstenções (9 do P.S.D. e 1 do C.D.S.P.P.). -----

-----**ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA AO CONGRESSO DA A.N.M.P.:** O P.S. propôs o nome da senhora presidente da Junta de Freguesia do Pó e o B.P. propôs o nome do senhor presidente da Junta de Freguesia de Vale Covo.-----

-----Efectuada votação por escrutínio secreto verificaram-se 16 votos na proposta do P.S., 8 votos na proposta do B.P. e 2 votos em branco, pelo que ficou eleita como representante da dos Presidentes de Junta de Freguesia no Congresso da A.N.M.P. a senhora presidente da Junta de Freguesia do Pó.-----

-----Seguidamente procedeu-se à eleição do presidente de Junta de Freguesia suplente. O P:S.D. propôs o nome do senhor presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal. -----

-----Efectuada votação por escrutínio secreto, foi deliberado por maioria com 16 votos a favor e 10 votos em branco aprovar a proposta do P.S.D..-----

-----**SUSPENSÃO DO MANDATO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL MÁRIO GOMES MORGADO NO PERÍODO DE 21 DE MARÇO A 30 DE SETEMBRO DE 2002:** Efectuada votação por escrutínio secreto foi deliberado por maioria com 20 votos a favor e 6 votos em branco aprovar o pedido de suspensão de mandato supra mencionado. -----

-----**ATENDIMENTO DO PÚBLICO:** Usou da palavra o senhor Luis Alberto Camilo Duarte, esclarecendo que aquando da discussão do assunto do pólo II da zona industrial em reunião de Câmara informou o executivo que os diversos representantes dos partidos políticos desta assembleia municipal e a respectiva Mesa, haviam acordado o agendamento desta questão em ordem do dia. Estão 4 vereadores presentes na sala e todos se lembram desta informação.-----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia considerou que esta intervenção talvez coubesse no âmbito da defesa da honra aquando da discussão do assunto.-----



**REUNIÃO DO DIA 2002.02.22**

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 00.40 horas foi a sessão encerrada e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelo presidente da Mesa e pelos dois secretários, depois de lida e achada conforme. -----

O Presidente da Mesa:

O Primeiro Secretário:

O 2.º Secretário: